



**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 88/2025/DCP/EACD/AQUISIÇÃO  
DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE DE BIOMETRIA PARA IDENTIDADE DIGITAL**

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**



## ÍNDICE

<b><u>CAPÍTULO I OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO</u></b>	<b>4</b>
<u>Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso</u>	4
<u>Artigo 2.º Entidade pública adjudicante</u>	4
<u>Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar</u>	4
<u>Artigo 4.º Concorrentes</u>	4
<b><u>CAPÍTULO II PEÇAS DO PROCEDIMENTO</u></b>	<b>5</b>
<u>Artigo 5.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento</u>	5
<u>Artigo 6.º Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento</u>	5
<u>Artigo 7.º Erros e omissões das peças do procedimento</u>	6
<b><u>CAPÍTULO III PROPOSTAS</u></b>	<b>6</b>
<u>Artigo 8.º Proposta</u>	6
<u>Artigo 9.º Agrupamento Concorrente</u>	7
<u>Artigo 10.º Propostas variantes, parciais ou condicionadas</u>	7
<u>Artigo 11.º Modo e prazo de apresentação das propostas</u>	7
<u>Artigo 12.º Assinatura eletrónica</u>	8
<u>Artigo 13.º Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas</u>	8
<u>Artigo 14.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas</u>	8
<b><u>CAPÍTULO IV ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS</u></b>	<b>8</b>
<u>Artigo 15.º Critério de adjudicação</u>	8
<u>Artigo 16.º Critério de desempate</u>	9
<u>Artigo 17.º Leilão eletrónico</u>	9
<u>Artigo 18.º Exclusão das propostas</u>	9
<u>Artigo 19.º Relatório preliminar de análise das propostas</u>	10
<u>Artigo 20.º Audiência prévia</u>	11
<u>Artigo 21.º Relatório final de análise das propostas</u>	11
<b><u>CAPÍTULO V ADJUDICAÇÃO</u></b>	<b>11</b>
<u>Artigo 22.º Notificação da decisão de adjudicação</u>	11
<u>Artigo 23.º Causas de não adjudicação</u>	11
<u>Artigo 24.º Revogação da decisão de contratar</u>	12
<b><u>CAPÍTULO VI HABILITAÇÃO</u></b>	<b>12</b>
<u>Artigo 25.º Documentos de habilitação</u>	12



<b><u>CAPÍTULO VII CELEBRAÇÃO DO CONTRATO</u></b>	<b>12</b>
<u>Artigo 26.º Redução do contrato a escrito</u>	12
<u>Artigo 27.º Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar</u>	13
<u>Artigo 28.º Aceitação da minuta do contrato</u>	13
<u>Artigo 29.º Reclamação da minuta do contrato</u>	13
<u>Artigo 30.º Outorga do contrato</u>	13
<b><u>CAPÍTULO VIII CAUÇÃO</u></b>	
<u>Artigo 31.º Caução</u>	14
<b><u>CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS</u></b>	<b>14</b>
<u>Artigo 32.º Agrupamentos</u>	14
<u>Artigo 33.º Despesas inerentes à celebração do contrato</u>	14
<u>Artigo 34.º Consulta preliminar</u>	14
<b>Anexo I</b>	<b>15</b>
<b>Anexo II</b>	<b>16</b>
<b>Anexo III</b>	<b>16</b>
<b>Anexo IV</b>	<b>22</b>
<b>Anexo V</b>	<b>27</b>



## **CAPÍTULO I**

### **OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO**

#### **Artigo 1.º**

##### **Identificação e objeto do concurso**

1. O presente programa de procedimento compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a Agência para a Modernização Administrativa, IP, (doravante designada abreviadamente por “AMA”), na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto o fornecimento de solução de biometria de identidade digital para a Administração Pública Portuguesa, através de uma Plataforma de orquestração biométrica, no âmbito do Lote 1 e de Software de validação de identidade incluindo validação de segurança de documentos de identificação, verificação facial, deteção de vida (“liveness”) e autenticação biométrica, no âmbito do Lote 2, e respetivos serviços acessórios, nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do caderno de encargos.
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

#### **Artigo 2.º**

##### **Entidade pública adjudicante**

A entidade pública adjudicante é a Agência para a Modernização Administrativa, IP, (AMA), com sede na Rua de Santa Marta, n.º 55, 1150-294 Lisboa, com o número de telefone 21 723 12 00 e com o endereço eletrónico [www.ama.gov.pt](http://www.ama.gov.pt).

#### **Artigo 3.º**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi deliberada pelo Conselho Diretivo da AMA, I.P., na reunião de 19 de maio de 2025.

#### **Artigo 4.º**

##### **Concorrentes**

1. Podem ser concorrentes no presente procedimento as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer uma das situações impeditivas estabelecidas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ainda ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
3. Os membros do agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis perante a AMA, pela manutenção da proposta.



5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos da lei.

## **CAPÍTULO II**

### **PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

#### **Artigo 5.º**

##### **Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

1. A participação do concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, adiante designada apenas por *Plataforma*, disponível em <https://www.acingov.pt>.
2. A *Plataforma* permite o acesso ao procedimento e às respetivas peças, de forma gratuita, sendo possível efetuar a consulta de todos os atos que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
3. O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

#### **Artigo 6.º**

##### **Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento**

1. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e a indicação dos erros e omissões do caderno de encargos devem ser apresentados pelos interessados, por escrito e através da *Plataforma*, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, através da *Plataforma*, por escrito, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na *Plataforma* e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.
5. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas, em caso de divergência.
6. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
7. Quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do Caderno de Encargos, nos termos do disposto no artigo seguinte, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.



8. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

#### **Artigo 7.º**

##### **Erros e omissões das peças do procedimento**

Até ao final do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados no caderno de encargos, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP.

### **CAPÍTULO III**

#### **PROPOSTAS**

#### **Artigo 8.º**

##### **Proposta**

1. A proposta é a declaração firme e irrevogável pela qual o concorrente manifesta à AMA, a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deve ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), de acordo com o modelo constante do Anexo I do presente Programa de Procedimento;
  - b) Declaração de preço contratual, elaborada em conformidade com o anexo II ao presente Programa de Procedimento;
  - c) Descrição da solução proposta, tendo em consideração os objetivos do procedimento, incluindo arquitetura da solução proposta, elementos (incluindo ecrãs), que serão alvo de demonstração, plano de trabalhos propostos, descrição da equipa a afetar ao fornecimento;
  - d) Certificado ISSO/IEC 30107 relativo ao motor Liveness;
  - e) Tabela do Anexo III ao presente Programa, devidamente preenchida.
3. Todos os documentos entregues devem estar em conformidade com as normas do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), sendo necessário remover os dados pessoais dos perfis propostos em todos os documentos, salvaguardando a posterior identificação destes perfis durante a execução contratual, imprescindível para a correta confirmação dos mesmos. A responsabilidade da expurgo de dados pessoais é da inteira responsabilidade do concorrente que os submete em sede de proposta.
4. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português sendo admissível a apresentação de documentos em inglês, espanhol ou francês quando o documento original for da autoria de terceiro e estiver numa dessas línguas, sendo para qualquer outro idioma exigível a apresentação de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, devendo a tradução ser assinada pelos representantes do proponente.
5. Todos os documentos que constituem a proposta, inclusive os seus anexos, devem ser assinados digitalmente.



6. Caso a assinatura digital qualificada não permita verificar os poderes do assinante, o concorrente deverá juntar documento que indique o poder de representação do assinante dos documentos identificados no n.º 2 do presente artigo, nomeadamente a disponibilização de certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor ou do código de acesso para a sua consulta online.
7. Os concorrentes poderão apresentar proposta para um ou para ambos os lotes.

#### **Artigo 9.º**

##### **Agrupamento Concorrente**

1. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 2 do artigo 8.º devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros, ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou os respetivos representantes.
2. Deve ainda ser junto à proposta declaração sob compromisso de honra, na qual se declare que as empresas, membros de agrupamento associados à proposta entregue, integram apenas a proposta apresentada pelo respetivo concorrente ou agrupamento.

#### **Artigo 10.º**

##### **Propostas variantes, parciais ou condicionadas**

1. Não são admitidas propostas variantes.
2. Não são admitidas propostas parciais.
3. Não são admitidas propostas condicionadas.

#### **Artigo 11.º**

##### **Modo e prazo de apresentação das propostas**

1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica com o endereço <https://www.acingov.pt>, até às 23h59 do 33.º (trigésimo terceiro) dia a contar do envio do anúncio.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até ao momento referido no n.º 1 do presente artigo.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.



#### Artigo 12.º

##### Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos carregados na *Plataforma*, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na *Plataforma* um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
4. A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas é motivo de exclusão.

#### Artigo 13.º

##### Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### Artigo 14.º

##### Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na *Plataforma*, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida *Plataforma*.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

### CAPÍTULO IV

#### ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

#### Artigo 15.º

##### Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifactor, densificado pela aplicação dos fatores e subfatores de ponderação, conforme exposto no Anexo IV do presente Programa, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.





2. Os preços devem ser apresentados em Euros com apenas duas casas decimais e não incluem IVA.

#### **Artigo 16.º** **Critério de desempate**

1. Em caso de empate nas propostas do Lote 1 serão aplicados os seguintes critérios de desempate:  
Será usado como 1.º critério de desempate, ficando ordenada em posição mais elevada a proposta que apresentar melhor pontuação no fator Qualidade da Solução proposta.
2. Caso o empate persista, será utilizado como 2.º critério de desempate, sendo ordenada em posição mais elevada, a proposta que apresentar o Fator Preço mais baixo.
3. Em caso de empate nas propostas do Lote 2 serão aplicados os seguintes critérios de desempate:  
Será usado como 1.º critério de desempate, ficando ordenada em posição mais elevada a proposta que apresentar melhor pontuação no fator Inovação da Solução proposta.
4. Caso o empate persista, será utilizado como 2.º critério de desempate, sendo ordenada em posição mais elevada, a proposta que apresentar o Fator Preço mais baixo.
5. Para ambos os lotes, caso o empate persista após a aplicação dos critérios de desempate que antecedem, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio, realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.
6. Para efeitos do número anterior, todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local de sorteio, com a antecedência de 3 dias, devendo os respetivos representantes apresentar-se munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.

#### **Artigo 17.º** **Leilão eletrónico**

Não há lugar a leilão eletrónico.

#### **Artigo 18.º** **Exclusão das propostas**

1. São excluídas as propostas cuja análise revele:
  - a) Que não são constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 8.º do presente programa de procedimento;
  - b) Que desrespeitam manifestamente o objeto do contrato a celebrar, ou que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos do disposto no artigo 8.º do presente programa de procedimento;
  - c) Que apresentam, pelo menos, um atributo que viole os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentam quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;



- d) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
  - e) Que o preço contratual seja superior ao valor resultante da aplicação dos preços unitários previstos no caderno de encargos;
  - f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
  - g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
  - h) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - i) Que sejam apresentadas por concorrentes ou, no caso de agrupamentos concorrente, relativamente a qualquer dos seus membros, em violação do disposto no artigo 55.º do CCP;
  - j) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
  - k) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas;
  - l) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa, com exceção dos previstos no n.º 4 do artigo 8.º do presente Programa de Concurso;
  - m) Que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos, ou que sejam apresentadas como propostas variantes;
  - n) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
  - o) Que não cumpram as especificações técnicas estabelecidas no Caderno de Encargos;
  - p) Que incidam em qualquer outra causa de exclusão regulamentar ou legalmente prevista;
  - q) Que não cumpram os requisitos previstos para a formação do preço global da proposta, por lote, conforme Anexo II do presente Programa.
2. Só são avaliadas as propostas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas nas alíneas do número anterior.

#### Artigo 19.º

##### Relatório preliminar de análise das propostas

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das causas de exclusão previstas no presente procedimento ou no Código dos Contratos Públicos.



**Artigo 20.º**  
**Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, e através da *Plataforma*, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a cinco dias úteis.

**Artigo 21.º**  
**Relatório final de análise das propostas**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

**CAPÍTULO V**  
**ADJUDICAÇÃO**

**Artigo 22.º**  
**Notificação da decisão de adjudicação**

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, para prestar caução e para se pronunciar sobre a minuta do contrato a celebrar.

**Artigo 23.º**  
**Causas de não adjudicação**

1. Não há lugar a adjudicação quando:
  - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
  - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.



#### Artigo 24.º

##### Revogação da decisão de contratar

A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

### CAPÍTULO VI

#### HABILITAÇÃO

#### Artigo 25.º

##### Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
  - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
  - c) Documento comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) com o respetivo código de acesso nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual;
2. O Adjudicatário deverá remeter a Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
3. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de até 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento.
5. A não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado nos números anteriores por causa imputável ao adjudicatário determina a caducidade da adjudicação.
6. No caso previsto no número anterior a adjudicação será efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente.

### CAPÍTULO VII

#### CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

#### Artigo 26.º

##### Redução do contrato a escrito

1. O contrato a celebrar deve ser reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
2. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário, para cada lote, em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 22.º.



#### Artigo 27.º

##### Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
  - a) A violação dos parâmetros base fixados no Caderno de Encargos, nem de aspetos da execução do contrato a celebrar por aqueles não submetidos à concorrência;
  - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

#### Artigo 28.º

##### Aceitação da minuta do contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

#### Artigo 29.º

##### Reclamação da minuta do contrato

1. A reclamação da minuta do contrato a celebrar só pode ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

#### Artigo 30.º

##### Outorga do contrato

1. A outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
  - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - c) Comprovada a prestação da caução.



## CAPÍTULO VIII

### CAUÇÃO

#### Artigo 31.º

##### Caução

1. O adjudicatário deverá prestar uma caução destinada a garantir a celebração do contrato (em cada lote), bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, no valor de 5% do preço contratual.
2. Ao prazo e modo de prestação da caução, assim como à determinação da responsabilidade pelas respetivas despesas, é aplicável o previsto no artigo 90.º do CCP.
3. Os modelos referentes à caução são os previstos no Anexo V ao presente programa de procedimento.

## CAPÍTULO IX

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Artigo 32.º

##### Agrupamentos

1. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas.
2. No ato de constituição de consórcio externo deverá ser expressamente assumida a responsabilidade solidária entre todos os seus membros, perante terceiros.

#### Artigo 33.º

##### Despesas inerentes à celebração do contrato

Correm por conta dos fornecedores as despesas inerentes à celebração do contrato, designadamente o pagamento dos emolumentos devidos ao Tribunal de Contas pela concessão do visto, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de maio, caso seja aplicável.

#### Artigo 34.º

##### Consulta preliminar ao mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do CCP, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado.
2. Na sequência da referida consulta preliminar identificada no ponto anterior, a entidade “Youverse” indicou o preço de 1.200.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para o Lote 1 e o preço de 1.799.850,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para o Lote 2.



**ANEXO I**

**DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)**

**Instruções para preenchimento**

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser preenchido eletronicamente em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome/> importando e utilizando o ficheiro “DEUCP\_CPI\_88\_25.xml” constante na pasta de arquivo “espd.zip” junta ao presente programa de procedimento.



## ANEXO II

### Declaração de Preço Contratual

#### Lote 1

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º xx/2025/DCP/EACD/ AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE DE BIOMETRIA PARA IDENTIDADE DIGITAL, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar os serviços em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, para o Lote 1, pelo preço contratual global de € \_\_\_\_\_, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, distribuído do seguinte modo:

Lote 1	Quantidade	Preço unitário	Preço Total
Licenciamento ilimitado perpétuo de Plataforma de orquestração biométrica	1		-----
Suporte anual da Plataforma *	3 anos	-----	-----
Manutenção Evolutiva – Bolsa de Horas **	500 horas	-----	-----
<b>TOTAL</b>			-----

\*O valor anual de suporte (em cada ano) não poderá ser inferior a 5 %, nem superior a 10 % do valor do licenciamento proposto, sob pena de exclusão da proposta.

\*\*O valor total da Bolsa de Horas de manutenção evolutiva não poderá ser inferior a 1 % nem superior a 5 % do valor Total proposto, sob pena de exclusão da proposta.

Todas as células com “-----” deverão ser preenchidas.

Aos preços indicados acrescerá IVA à taxa legal em vigor.

Data e Assinatura





## ANEXO II

### Declaração de Preço Contratual

#### Lote 2

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º xx/2025/DCP/EACD/ AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE DE BIOMETRIA PARA IDENTIDADE DIGITAL, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar os serviços em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, para o Lote 2, pelo preço contratual global de € \_\_\_\_\_, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, distribuído do seguinte modo:

Lote 2	Quantidade	Preço unitário	Preço Total
Licenciamento ilimitado no período do contrato de software de validação de identidade, incluindo validação de segurança de documentos de identificação, verificação facial, deteção de vida ("liveness") e autenticação biométrica	1		-----
Suporte anual da Plataforma *	3 anos	-----	-----
<b>TOTAL</b>			-----

\*O valor anual de suporte (em cada ano) não poderá ser inferior a 5 %, nem superior a 10 % do valor do licenciamento proposto, sob pena de exclusão da proposta.

Todas as células com "-----" deverão ser preenchidas.

Aos preços indicados acrescerá IVA à taxa legal em vigor.

Data e Assinatura



**Anexo III**

**Tabela de requisitos a preencher pelos concorrentes**

<b>Lotes</b>	<b>Item (de acordo com o descrito nas Cl<sup>as</sup> Técnicas do CE</b>	<b>Cumpre (S/N/P)</b>	<b>Páginas da Proposta</b>	<b>Observações</b>
1	<b>Motor visual de modelação de fluxos biométricos e back-office de gestão</b>			
1	Experiência do utilizador sem atrito			
1	Desenho processos			
1	Interface Personalizável			
1	Suporte a <b>Criação de Fluxo</b>			
1	Disponibilização de diferentes <b>módulos</b>			
1	Personalização			
1	Integração			
1	Outros (indicar quais)			
1	API normalizada na integração com as aplicações clientes			
1	SDK iOS e Android para integração em aplicações cliente com manter a retrocompatibilidade com o API do SDK atualmente usado pela a AMA			
1,2	Deve ser disponibilizado um SDK para iOS e para Android			
1,2	O SDK para iOS deve ser desenvolvido Objective-C ou Swift			
1,2	O SDK para Android deve ser desenvolvido em Java ou Kotlin			
1,2	Os SDK's devem funcionar em redes Wi-Fi que não permitam a utilização do utilitário de rede para endereços externos à rede.			
1,2	Os SDK's disponibilizam todos os endpoints necessários para a Integração "clássica" num frontend, existindo nesse caso a necessidade de desenhar por completo a respetiva jornada no frontend.			
1,2	O SDK disponibiliza todos os componentes necessários para uma Integração total do SDK que inclui todos os ecrãs necessários para o frontend para a jornada de onboarding			
1,2	Outros (indicar quais)			
1,2	web-SDK			
1,2	requisitos similares a versão ios e android (exceto leitura por NFC)			
	(indicar quais)			
1	Integração com os softwares biométricos			
1	assegurar a integração na plataforma de orquestração biométrica até 2 softwares de validação de identidade para cada tipologia de validação de identidade (lote 2),			
1	Outros (indicar quais)			
1	Videoconferência			
1	Disponibilização de serviço de vídeo-conferencia através de SDK			
1	Disponibilização de serviço de vídeo-conferencia na solução de software fornecida			
1	Cumprimento despacho n.º 154/2017 de 5 de dezembro do Gabinete Nacional de Segurança.			



1		vídeos resultantes da VC deverão ser preservados ao longo do período do contrato e disponibilizados à entidade adjudicante sempre que solicitado (de forma automatizada).			
1		Outros (indicar quais)			
1		<i>Video auto-gravada</i>			
1		Utilizador grava um vídeo (sem a presença do agente), onde cumpre com um script aleatório			
1		Outros (indicar quais)			
1		Requisitos comuns			
1		Modularidade e Escalabilidade			
1		Interoperabilidade			
1		Conformidade Dinâmica			
1		disponibilizar SDK's que integrem o fluxo desenhado completo			
1		O SDK disponibiliza todos os endpoints necessários para a Integração "clássica"			
1		SDK disponibiliza todos os componentes necessários para uma Integração total do SDK			
1		Casos de Uso a configurar			
1		Adesão à CMD via aplicação móvel gov.pt			
1		Processo de adesão à CMD em Videoconferência			
1		Verificação de identidade regular do Titular de CMD			
1		Ativação certificados do Cartão de Cidadão			
1		Pedido, renovação ou entrega de Cartão de Cidadão ou passaporte			
1		Prova de Vida para fins de benefícios e pensões			
1		Outros (indicar quais)			
1		Requisitos Transversais			
1		Software fornecido deve incluir um componente central			
1		Software fornecido deve incluir SDK's			
1		disponibilizado um SDK para iOS e para Android			
1		SDK para iOS deve ser desenvolvido Objective-C ou Swift			
1		O SDK para Android deve ser desenvolvido em Java ou Kotlin			
1		Os SDK's devem funcionar em redes Wi-Fi que não permitam a utilização do utilizário de rede para endereços externos à rede.			
1		Os SDK's disponibilizam todos os endpoints necessários para a Integração "clássica" num frontend, existindo nesse caso a necessidade de desenhar por completo a respetiva jornada no frontend.			
1		O SDK disponibiliza todos os componentes necessários integração full SDK			
1		Outros (indicar quais)			
1		SaaS			
1		serviços tecnológicos, em regime de software as a service (saas),			
1		servidores dedicados			
1		Datacenter localizado Portugal (valorativa)			



1	Datacenter para prestação do serviço com Certificação de Tier III (nível 3) (valorativa)			
1	disponibilidade superior ou igual a 99.9950%, em período 24hx7d			
1	Requisitos performance e disponibilidade CE			
1	O Centro de dados deve cumprir com o regulamento RGPD e legislação Portuguesa e Europeia,			
1	Outros (indicar quais)			
1	Manutenção			
1	Pacote de horas manutenção evolutiva proposto			Indicar volume de horas proposto
1,2	permanente atualização das versões de software			
1,2	Manutenção preventiva e corretiva			
1,2	Tempos de Resposta e reposição cf CE			
1,2	Outros (indicar quais)			
1,2	Requisitos específicos de implementação para o tratamento de dados pessoais			
1,2	Requisitos específicos Acessibilidade e usabilidade			
	Outros (indicar quais)			
2	<b>motores propostos deverão ser integráveis e utilizáveis “on Prem”</b> ,			
2	Motores de software integrados em SDK para serem disponibilizados android, iOS e Web			
1	Depósito de software proposto na ASSOFT (valorativa)			
2	Verificação de presença de vida (liveness)			
2	Requisitos Gerais			
2	Requisitos Técnicos			
2	Requisitos de Conformidade e Privacidade			
2	Requisitos de Desempenho			
2	Requisitos de Evolução			
2	Requisitos de Usabilidade			
2	Certificação ISO/IEC 30107-3 para deteção de apresentação de ataques, nível 1 e nível 2			
2	Funcionalidade de liveness pode ser configurado para funcionamento em modo passivo ou ativo (Valorativo)			
2	Funcionalidade de verificação de idade (com base em captura de selfie-video) (valorativa)			
2	Outros (indicar quais)			
2	Comparações de Fotografia			
2	Foto visível no Cartão com a selfie			
2	Comparação da Foto na Base de dados com selfie			
2	Posição algoritmo proposto no ranking NIST categoria Border-Border (FNMR) ( <a href="https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html">https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html</a> ) (valorativa)			Indicar nome algoritmo, cf NIST e posição ranking
2	Posição algoritmo proposto no ranking NIST categoria VISA-Border (FNMR) ( <a href="https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html">https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html</a> ) (valorativa)			Indicar nome algoritmo, cf NIST e posição ranking
2	Outros (indicar quais)			
2	OCR Cartão de Cidadão e verificação de segurança Cartão de Cidadão			



2	Identificação de fotocópias a cores de elevada resolução (de cartão original).			
2	OCR de todos os dados constantes do Cartão (letras, algarismos e símbolos)			
2	Comparação dados contantes na MRZ com restantes dados do CC			
2	Recolha de fotografia constante do Cartão (em formato compatível com mecanismo de comparação de fotos, mais à frente descrito).			
2	Verificação de mecanismos base de segurança, incluindo a. sobreposição de microtexto, b. presença de símbolos base de Cartão de Cidadão, c. verificação da presença de presença e autenticidade dos mecanismos de segurança ótica (incluindo DOVID e filete holográfico) d. verificação de presença de todos os campos e. Detecção de adulteração do Cartão (e.g., alteração de dados impressos, alteração de fotografia)			
2	validações de segurança a outros documentos distintos do Cartão de Cidadão, nomeadamente Passaportes, Título e Cartão de Residência e cartões de identificação dos outros Estados Membros da EU e da Ucrânia			
2	Outros (indicar quais)			
2	<b>NFC</b>			
2	logias NFC para identificar o utilizador final, utilizando os dados extraídos do seu documento de identificação.			
2	Outros (indicar quais)			
2	<b>Autenticação biométrica</b>			
2	Autenticação recorrendo a biometria (verificação de presença de vida e verificação facial), tendo por base vetor biométrico			
2	Autenticação com verificação facial e o liveness 3D			
2	Outros (indicar quais)			
1,2	<b>Dimensionamento Solução (Lote 1 e Lote 2)</b>			
1,2	Licenciamento e Suporte (Lote 1 e Lote 2)			
	Outros			
2	Inclusão de software de autenticação passiva por voz, independente do idioma (uso ilimitado durante o contrato) com certificação iBeta Level 1 Presentation Attack Detection (PAD) de acordo com ISO/IEC 30107-3 (valorativa)			
2	Software com possibilidade de geração de QRCode, com base em vetor biométrico, irreversível, e comparação com imagem capturada posteriormente (valorativa)			
2	Software integrado com liveness que possibilite a remoção de fundo de fotografias			
2	Software integrado com liveness que possibilite a validação de requisitos ICAO para fotografias a colocar em documentos de viagem (e.g., Cartão de Cidadão, passaporte) e correção de fotografia automatizado, sempre que aplicável (e.g., alteração de zoom para assegurar distância entre olhos, endireitar rosto, etc.)			
2	Outros (indicar quais)			
1, 2	Outros (indicar quais)			



**Anexo IV**

**Critério de Adjudicação**

**Lote 1**

Critérios	Ponderação
<b>A - Preço</b>	40 pontos
<b>B – Demonstração da Solução</b>	20 pontos
<b>C – Qualidade da Solução proposta</b>	40 pontos
<b>Total</b>	<b>100 pontos</b>

**A - Preço**

O fator Preço da proposta será avaliado de acordo com a seguinte expressão matemática:

$$P_i = (D_{pi} / p_b) \times 40$$

Em que:

P<sub>i</sub> = Pontuação correspondente ao preço da proposta em análise, em pontos

D<sub>pi</sub> = Desvio do preço total da proposta em análise relativamente ao preço base (Preço base – Preço da proposta)

P<sub>b</sub> = Preço base

Os preços devem ser apresentados em Euros com apenas duas casas decimais e não incluem IVA.

**B – Demonstração da Solução**

A demonstração da solução proposta ocorrerá em data agendada e comunicada aos concorrentes, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis, nas instalações da AMA. Consistirá na demonstração das funcionalidades existentes na proposta face às funcionalidades previstas no Caderno de Encargos, nomeadamente na Cláusula 15.<sup>a</sup>, nos pontos constantes da subsecção 2. 1. a), f) e g).

A proposta dos concorrentes deverá conter não só a descrição da solução, como as respetivas evidências (e.g., ecrãs, imagens, documentos, etc) que serão alvo de demonstração.

Para cada um dos pontos alvo de demonstração, será atribuída uma avaliação na escala de [0 – 4], sendo feita a média dos pontos e valorizadas as propostas da seguinte forma:



- À proposta que obtenha uma média dos pontos alvo de demonstração inferior 1,0 pontos será atribuída a pontuação de 0 pontos.
- À proposta que obtenha uma média dos pontos alvo de demonstração inferior 2,0 pontos e superior ou igual a 1,0 pontos será atribuída a pontuação de 5 pontos.
- À proposta que obtenha uma média dos pontos alvo de demonstração inferior 3,0 pontos e superior ou igual a 2,0 pontos será atribuída a pontuação de 10 pontos.
- À proposta que obtenha uma média dos pontos alvo de demonstração inferior 3,5 pontos e superior ou igual a 3,0 pontos será atribuída a pontuação de 15 pontos.
- À proposta que obtenha uma média dos pontos alvo de demonstração superior a 3,5 pontos será atribuída a pontuação de 20 pontos.

A escala de [0 – 4], para avaliação cada ponto alvo de demonstração será aferida do seguinte modo:

0 pontos: sem demonstração pelo concorrente ou com mais de 75 % de falhas pelo concorrente (face ao descrito no Caderno de Encargos);

1 ponto: com demonstração pelo concorrente, mas com 75 % a 50 % de falhas pelo concorrente (face ao descrito no Caderno de Encargos);

2 pontos: com demonstração pelo concorrente, mas com 50 % a 30 % de falhas pelo concorrente (face ao descrito no Caderno de Encargos);

3 pontos: com demonstração pelo concorrente, mas com 30 % a 5 % de falhas pelo concorrente (face ao descrito no Caderno de Encargos);

4 pontos: plenamente demonstrado pelo concorrente ou com menos de 5 % de falhas pelo concorrente (face ao descrito no Caderno de Encargos).

## **C – Qualidade da Solução proposta**

### **C.1. Qualidade do Datacenter: 20 pontos**

- Localização Datacenter em Portugal: 5 pontos
- Datacenter para prestação do serviço com Certificação de Tier III (nível 3): 15 pontos

### **C.2. Qualidade de Software: 10 pontos**

- Depósito de software proposto na ASSOFT (ou outra entidade Europeia equivalente): 10 pontos

### **C.3. Manutenção evolutiva: 10 pontos**



- Se a proposta apresentar um volume adicional de horas para manutenção evolutiva até 50 % ao solicitado nas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos: 0 pontos;
- Se a proposta apresentar um volume adicional de horas para manutenção evolutiva superior ou igual a 50 % e inferior a 100 % ao solicitado nas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos: 5 pontos
- Se a proposta apresentar um volume adicional de horas para manutenção evolutiva superior ou igual a 100 % ao solicitado nas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos: 10 pontos.





**Anexo IV**

**Critério de Adjudicação**

**Lote 2**

Critérios	Ponderação
<b>A - Preço</b>	20 pontos
<b>B – Qualidade da Solução proposta</b>	20 pontos
<b>C – Inovação da Solução proposta</b>	60 pontos
<b>Total</b>	<b>100 pontos</b>

**A - Preço**

O fator Preço da proposta será avaliado de acordo com a seguinte expressão matemática:

$$P_i = (D_{pi} / p_b) \times 20$$

Em que:

$P_i$  = Pontuação correspondente ao preço da proposta em análise, em pontos

$D_{pi}$  = Desvio do preço total da proposta em análise relativamente ao preço base (Preço base – Preço da proposta)

$P_b$  = Preço base

Os preços devem ser apresentados em Euros com apenas duas casas decimais e não incluem IVA.

**B – Qualidade da Solução proposta**

**B.1. Solução de verificação facial proposta: 20 pontos**

- Se a solução de verificação facial proposta está classificada no ranking NIST categoria VISA-Border (FNMR) (<https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html>) entre as posições 1 e 50: 10 pontos
- Se a solução de verificação facial proposta está classificada no ranking NIST categoria VISA-Border (FNMR) (<https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html>) entre as posições 51 e 100: 7 pontos
- Se a solução de verificação facial proposta está classificada no ranking NIST categoria VISA-Border (FNMR) (<https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html>) entre as posições 101 e 150: 5 pontos
- Se a solução de verificação facial proposta está classificada no ranking NIST categoria VISA-Border (FNMR) (<https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html>) entre as posições 150 e 200: 2 pontos



- Se a solução de verificação facial proposta está classificada no ranking NIST categoria VISA-Border (FNMR) (<https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html>) em posição superior a 200: 0 pontos
- Se a solução de verificação facial proposta está classificada no ranking NIST categoria Border-Border (FNMR) (<https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html>) entre as posições 1 e 50: 10 pontos
- Se a solução de verificação facial proposta está classificada no ranking NIST categoria Border -Border (FNMR) (<https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html>) entre as posições 51 e 100: 7 pontos
- Se a solução de verificação facial proposta está classificada no ranking NIST categoria Border -Border (FNMR) (<https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html>) entre as posições 101 e 150: 5 pontos
- Se a solução de verificação facial proposta está classificada no ranking NIST categoria Border -Border (FNMR) (<https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html>) entre as posições 150 e 200: 2 pontos
- Se a solução de verificação facial proposta está classificada no ranking NIST categoria Border -Border (FNMR) (<https://pages.nist.gov/frvt/html/frvt11.html>) em posição superior a 200: 0 pontos

#### **C – Inovação da Solução proposta**

- Inclusão de software de autenticação passiva por voz, independente do idioma (uso ilimitado durante o contrato) com certificação iBeta Level 1 Presentation Attack Detection (PAD) de acordo com ISO/IEC 30107-3: 15 pontos
- Funcionalidade de verificação de idade (com base em captura de selfie-video): 5 pontos
- Funcionalidade de liveness pode ser configurado para funcionamento em modo passivo ou ativo: 5 pontos
- Software com possibilidade de geração de QRCode, com base em vetor biométrico, irreversível, e comparação com imagem capturada posteriormente: 5 pontos
- Software integrado com liveness que possibilite a remoção de fundo de fotografias (uso ilimitado durante o contrato): 15 pontos
- Software integrado com liveness que possibilite a validação de requisitos ICAO para fotografias a colocar em documentos de viagem (e.g., Cartão de Cidadão, passaporte) e correção de fotografia automatizado, sempre que aplicável (e.g., alteração de zoom para assegurar distância entre olhos, endireitar rosto, etc.) (uso ilimitado durante o contrato): 15 pontos



**ANEXO V**

**MODELOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO**

**MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO**

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai \_\_\_\_\_ (nome do prestador de serviços), com sede em \_\_\_\_\_ (morada), depositar na \_\_\_\_\_ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso) em dinheiro, como caução exigida para o Contrato de \_\_\_\_\_, no âmbito do Concurso Público n.º \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Agência para a Modernização Administrativa, I.P., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



## MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO CAUÇÃO

Seguro Caução/Garantia bancária n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (prestador de serviços), vem o(a) \_\_\_\_\_ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor da Agência para a Modernização Administrativa, I.P., uma garantia bancária/seguro caução à primeira solicitação até ao montante de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso), destinada a caucionar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no Contrato de Serviços de \_\_\_\_\_, no âmbito do Concurso Público n.º \_\_\_\_\_, nos termos dos n.ºs 6 e 8 do artigo 90.º do Códigos dos Contratos Públicos.

A presente garantia/seguro caução corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia/seguro caução, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

O banco garante deve pagar a quantia em causa no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária/seguro caução autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro).

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]